



UM CAMINHO CONTRA A NEGLIGÊNCIA E A INVISIBILIDADE DOS ESTUDANTES: POR UMA AVALIAÇÃO EMPÁTICA NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

Andreilson José Bezerra da Silva¹ • Isabella Maria da Silva² • Otávio Chaves dos Santos (Prema)³

Eixo 4 – Práticas de Ensino da Matemática

Resumo: A presente pesquisa traz uma reflexão para se pensar em constructos de uma avaliação empática na relação professor-aluno como ferramenta de combate a negligência e invisibilidade estudantil. Parte-se da lógica de que a empatia, ao possibilitar a compreensão das subjetividades e singularidades dos alunos, torna-se essencial para promover práticas avaliativas mais justas e humanizadoras. O objetivo principal é compreender o papel da empatia na relação professor-aluno como possibilidade de combate à negligência e invisibilidade dos estudantes, destacando a importância de uma avaliação da aprendizagem sensível, ética e humanizada. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza teórico-reflexivo, de abordagem qualitativa e com o objetivo exploratório-descritivo. Fundamentada em uma revisão narrativa da literatura. A análise da literatura evidencia que práticas avaliativas rígidas e tecnicistas reforçam, cada vez mais, a exclusão e a desumanização, enquanto abordagens inclusivas, dialógicas e empáticas auxiliam o desenvolvimento integral do estudante, enriquecendo a autonomia, a autoestima e a permanência escolar. Conclui-se que é possível desenvolver uma perspectiva de avaliação empática, a qual constitui-se como prática pedagógica fundamental para superar a invisibilidade e negligência educacional, contribuindo para um ensino mais equânime e humanizado.

Palavras-chave: Avaliação da Aprendizagem. Empatia. Negligência escolar. Inclusão.

1 Introdução

O presente trabalho teve origem a partir de partilhas e reflexões que aconteceram na disciplina de Avaliação da Aprendizagem no curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste (UFPE - CAA). Ao longo da disciplina tornou-se evidente a necessidade de compreender e se pensar em constructos de uma avaliação empática e flexível que possa transformar o ambiente escolar. Esse aspecto nos serviu como uma das justificativas para elaboração dessa pesquisa.

Destacamos que nossa inspiração para tecer esse artigo surgiu por meio de uma das atividades que propunha uma reflexão acerca do filme “Como Estrelas na Terra - Toda Criança é Especial”, que explicitou como cada indivíduo é único e precisa ser avaliado de acordo com suas singularidades. Dessa forma, construímos o seguinte objeto

¹ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) • Estudante de Graduação • Caruaru, Pernambuco (PE), Brasil • andreilson.jose@ufpe.br • ORCID <https://orcid.org/0009-0005-0106-5951>

² Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) • Estudante de Graduação • Caruaru, Pernambuco (PE), Brasil • isabella.msilva@ufpe.br • ORCID <https://orcid.org/0009-0000-2002-9562>

³ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) • Doutorado • Caruaru, Pernambuco (PE), Brasil • otavio.achaves@ufpe.br • ORCID <https://orcid.org/0000-0002-0362-5976>





de pesquisa: um caminho contra a negligência e a invisibilidade dos estudantes: por uma avaliação empática na relação professor-aluno. A partir dessa semente (objeto de pesquisa), temos a seguinte problemática: de que forma a empatia presente na relação entre professor e aluno pode contribuir para o enfrentamento da negligência dos estudantes no ambiente escolar?

Tornou-se possível observar que, na educação contemporânea existe uma lacuna significativa no que tange pesquisas referentes a articulação entre avaliação e empatia, especialmente quando trata-se da negligência e a invisibilidades de estudantes. Nesse panorama, o presente estudo mostra-se relevante para o atual contexto educacional, tendo em vista os diversos desafios que são enfrentados pelos discentes nas escolas.

Partimos da perspectiva de que é importante reconsiderar o processo avaliativo na educação hodierna brasileira, sobretudo quando refletimos sobre a padronização das avaliações de aprendizagem criticadas frequentemente por Freitas (2014), que afirma:

As avaliações externas, portanto, têm consequências não controladas dentro das escolas e suas salas de aula e constituem parte de uma cadeia de ações que afeta a vida de professores, estudantes, diretores e pais de alunos. Neste processo rompem-se importantes pressupostos da relação e da confiança entre profissionais e entre estes e seus estudantes (p.1098)

Nesse prisma, de modo análogo ao que Freitas afirma, a padronização de avaliações externas afeta diretamente o desempenho estudantil, contudo, apesar de Freitas se referir a padronização de processos avaliativos externos, refletimos que qualquer tipo de avaliação padronizada/classificatória (seja externa ou interna) possui seu traço excludente, negligente e injusto com a diversidade existente nas salas de aula do Brasil, o que pode gerar invisibilidade estudantil e abandono escolar.

Partindo de tais princípios, o objetivo principal do estudo é compreender o papel da empatia na relação professor-aluno como possibilidade de combate à negligência e invisibilidade dos estudantes, destacando a importância de uma avaliação da aprendizagem empática, sensível, ética e humanizada.

A empatia trata-se da capacidade de se colocar no lugar do próximo, de forma a compreender seus pensamentos, sentimentos e perspectivas, embora em algumas situações não se compartilhe das mesmas perspectivas; ou seja, é compreender o outro a partir dele, e não a partir do que pensamos ou julgamos Trata-se de uma das formas mais intensas de conexão, onde há reconhecimento e visibilidade sobre os sofrimentos,





alegrias, medos, ou qualquer outra emoção humana, gerando uma afinidade acolhedora, sem taxações ou julgamentos.

Nesse contexto, a empatia se faz presente nos mais diversos ambientes acadêmicos, como salas de aula, biblioteca, restaurante universitário e até mesmo em espaços acadêmicos on-line. Seja nos laços entre alunos, professores, funcionários ou terceiros, essa habilidade socioemocional atua como um elo capaz de criar e fortalecer o bom senso de comunidade e respeito ao próximo, permitindo trocas de experiências que validem as diferentes realidades, contribuindo para melhores desempenhos, decorrente de um ambiente acolhedor e colaborativo dentro da universidade.

Ante esse fato, a disciplina de Avaliação da Aprendizagem é uma das disciplinas obrigatórias dos cursos de Licenciatura em Matemática, Química e Física, cuja ementa é voltada para o estudo, acompanhamento e promoção do aprendizado dos discentes. Logo, apesar de ser uma disciplina do curso de Matemática - Licenciatura, podemos afirmar que a mesma busca compreender as diferentes formas de avaliação da aprendizagem e como utilizá-las em sala de aula, sendo considerada como uma disciplina pedagógica dedicada à formação docente.

Na educação contemporânea, o processo avaliativo, quando realizado em uma perspectiva contínua e formativa, ocupa uma posição central no acompanhamento da aprendizagem, ultrapassando seu papel inicial de apenas verificar resultados: ele promove a aprendizagem, oferece diagnósticos precisos referente às dificuldades e lacunas de aprendizagem e atua no desenvolvimento integral dos alunos. Com isso, através dos resultados obtidos nas avaliações, o docente compreende as dificuldades dos alunos no conteúdo apresentado e, assim, consegue adaptar diferentes estratégias de ensino para potencializar a aprendizagem, servindo como instrumento pedagógico e intervenção. A avaliação sob esse prisma estimula a independência e protagonismo do aluno, permitindo que os discentes identifiquem suas dificuldades e avanços, participando ativamente do seu processo de ensino-aprendizagem, o que proporciona autonomia, autoconfiança, autorregulação e disciplina.

Por outro lado, ao falarmos de processos avaliativos, frequentemente nos deparamos com alunos que expressam suas experiências (muitas vezes negativas) acerca das práticas avaliativas tradicionais vivenciadas em sala de aula. Nesse contexto, essas memórias frequentemente estão associadas a sentimentos de ansiedade, injustiça, medo de exposição na frente dos colegas e situações de pânico em meio às falhas do processo





educativo. Isso evidencia a importância/urgência de ultrapassar a função meramente técnica de verificar a aprendizagem e desenvolver abordagens mais éticas, empáticas e que levem em consideração as interferências emocionais que impactam eminentemente o desempenho acadêmico e a autoestima dos discentes.

A luz de Hoffmann (2011, p.1), o processo avaliativo deve ter como principal objetivo “conhecer, compreender acolher os alunos em suas diferenças e estratégias próprias de aprendizagem para planejar e ajustar ações pedagógicas favorecedoras a cada um e ao grupo como um todo”, revelando que cada estudante possui suas particularidades e necessidades distintas. Conjuntamente, ao utilizar avaliações humanizadas e sensíveis às realidades dos estudantes é possível promover engajamento, confiança e desenvolvimento integral da aprendizagem, fortalecendo a relação professor-aluno, o que contribui para um sistema educacional mais justo e equânime. Por outro lado, quando o processo avaliativo é conduzido de modo inflexível, sem abertura ao diálogo, compreensão das singularidades presentes na sala de aula associado a falta de empatia, o risco dos instrumentos de avaliação serem excludentes e injustos, diante das diferentes particularidades, aumenta significativamente.

Partindo do conceito de negligência e invisibilidade dos estudantes; diversos estudantes que apresentam dificuldades “fora do padrão” esperado pelos professores deixam de receber o suporte, atenção pedagógica, emocional e social. Essas assistências são indispensáveis para seu desenvolvimento cognitivo bem como a absorção de conceitos. Nesse caso, a escola deixa de cumprir integralmente sua função, pois não reconhece as particularidades dos alunos, muito menos atende às demandas pedagógicas necessárias para aquela realidade, desestimulando seu desenvolvimento.

Diante desse panorama, Campos e Reis (2006) destacam que Paulo Freire afirma que a educação bancária se trata de um sistema onde o professor apenas deposita os conteúdos prontos para os alunos, desconsiderando sua realidade, seus saberes prévios ou suas necessidades. Logo, partindo desse princípio, a educação bancária reforça significativamente a invisibilidade dos estudantes que estão “fora do padrão” exigido, tratando o conhecimento como algo trivial que deve ser apenas armazenado, e não construído coletivamente de forma gradativa. Isso inibe o pensamento crítico, curioso e único dos estudantes, o que gera insegurança e afeta o processo de avaliação da aprendizagem através da desestimulação de protagonismo e falta de atenção àqueles estudantes que passam por dificuldades acadêmicas e sociais.





2 Perspectivas teóricas sobre invisibilidade estudantil e avaliação empática

Ao nos aprofundarmos na pesquisa acerca desse contexto, é necessário trazermos algumas perspectivas teóricas que, de uma forma ou outra, ajudam a compreender e perceber o quanto essa problemática tem relevância no ambiente escolar. Desse modo, as mais diversas perspectivas apresentam pontos de vista relevantes e embaixadores, promovendo uma percepção sustentável no quesito em que a avaliação escolar se faz presente.

2.1 Invisibilidade e Negligência Estudantil

Nesta seção, discute-se a questão da invisibilidade e da negligência estudantil, elementos esses que comprometem o bem-estar educacional, afetando assim a relação pedagógica e, conseqüentemente, o desenvolvimento integral dos alunos.

Diante desse cenário, torna-se possível observar que o debate acerca da invisibilidade e negligência estudantil está conectado diretamente com a problemática que é apresentada inicialmente na pesquisa, pois, somente ao evidenciar e discutir tais pontos, é possível destacar as lacunas empáticas presentes nos atuais modelos de avaliação.

Diante disso, a invisibilidade é um problema onde torna, muitas vezes, omissas e esquecidas, isto é, literalmente invisíveis, quem está no desespero ou na esperança de ter suas singularidades e potencialidades reconhecidas. Através dessa lógica, percebemos que, infelizmente, ela também se faz presente no ambiente escolar, prejudicando assim os alunos a terem, por exemplo, suas vozes escutadas, suas subjetividades respeitadas e assim, terem reconhecimento como outras pessoas que apresentam um comportamento ou características divergentes às suas.

De acordo com Ribeiro (2019), para pensar soluções para um problema, antes de tudo devemos retirá-lo da invisibilidade, ou seja, não adianta nos depararmos com problemas como estes, e seguir a primeira coisa que “vem na cabeça” que, normalmente, é tentar de algum modo solucioná-los sem antes raciocinar a melhor forma para isso. Nesse sentido, torna-se necessário explicitar esses problemas invisíveis para tentarmos pensar em perspectivas e mundos outros, que possam superar situações nas quais alunos são desrespeitados como sujeitos e negligenciados em suas próprias condições.

Ao analisar criticamente é possível evidenciar que apenas reconhecer a invisibilidade não é suficiente; é necessário estudar e compreender as principais causas





institucionais e estruturais que permitem a perpetuação desse descaso, conectando assim, com a proposta de estudo de fazer o uso frequente da empatia como ferramenta para reduzir consideravelmente tais impactos.

Nessa perspectiva, é importante destacarmos que essas omissões, também podem ser causadas pelos próprios professores ou pela instituição, justamente por não conseguirem dar o devido valor às potencialidades e subjetividades presentes em sala de aula, deixando de lado suas verdadeiras responsabilidades que, aliás, carece ser voltada para o bem-estar dos alunos. Mas, vale destacar que, na maioria das vezes, o processo de invisibilização se deve à forte lógica neoliberal, meritocrática e concorrencial que busca transformar a educação em mercadoria.

Dessa forma, outro ponto que é presente e que casa com a invisibilidade é a negligência, problema esse que intitula e massacra personalidades; isso pode se manifestar de várias formas, porém ao analisarmos as causadas por pessoas que deveriam ser exemplos de respeito, percebe-se que barreiras como falta de preparo para as aulas, desvio no foco, falta de acompanhamento individualizado dentre outros, perpetuam boa parte da problemática e desencadeiam uma série de empecilhos de maneira que dificultam o contentamento dos alunos, levando a muitos abandonarem à escola. Vale dizer que a problemática nesse sentido é complexa, já que a precarização do trabalho docente, as difíceis condições de trabalho e vários outros fatores no que se refere às bases materiais as quais os professores vivenciam são questões que dificultam, significativamente, práticas pedagógicas mais inclusivas.

Para reforçar nossa hipótese, quando é analisado a lógica apresentada na crítica de Freitas (2014), onde ele traz a ideia de alguns reformadores empresariais, que almejam transformar a escola basicamente em uma fábrica e os alunos em meros produtos, nota-se que escolas que são regidas por costumes tecnicistas reforçam cada vez mais a negligência e exclusão. Desse modo, partindo do pressuposto que as escolas estão sendo engessadas por esses hábitos, traz a ideia de que os alunos tendem a deixar de lado seus pensamentos críticos, sua autonomia e principalmente sua liberdade, fortalecendo a lógica individualista e acarretando mais exclusão e descaso no contexto escolar.

Sob esta ótica, a ausência de empatia e a permanência de uma avaliação desumana, regida por avaliações externas, de larga escala, pela ótica neoliberal, por práticas tradicionais ainda presentes nas escolas etc, fazem com que efeitos negativos perpetuem sobre a parcela estudantil, como a falta de compreensão, dificuldades em socialização e





até mesmo dificuldades na aprendizagem, uma vez que existem avaliações que não consideram o contexto individual dos alunos, enriquecendo uma camada de possibilidade para que os estudantes se frustrem.

Nesse cenário, a empatia surge como uma ferramenta e elemento essencial para que o professor e a instituição passem a reconhecer os alunos em suas singularidades, rompendo com práticas que promovam invisibilidade e negligência estudantil.

De tal modo, tal análise expõe que a invisibilidade e negligência não tratam-se de problemas isolados, mas sim de um conjunto de ações diretamente conectadas à forma de condução das avaliações.

2.2 A empatia na formação e prática docente

Para darmos continuidade à lógica do contexto presente, é válido ressaltar a relevância que a empatia possui quando a mesma está empregada na formação e nas práticas docentes. Sendo assim, uma vez que atitudes empáticas são bases de uma docência humanizada, descartamos a possibilidade de acontecimentos que disponham de práticas indigentes e principalmente de modelos educativos onde o aluno precise se dispor de suas subjetividades.

De acordo com Gomes e Guerra (2020), a pedagogia freiriana defende que a educação deve partir da contextualização dos conteúdos e do diálogo entre educador e educando, ou seja, uma educação dialógica onde o docente precisa escutar e dialogar, reconhecendo os saberes prévios dos alunos como parte essencial do processo educativo. Com isso, torna-se claro que o papel do professor é mais do que “passar o conteúdo”, é entender toda diversidade que ali está presente, de uma maneira onde o aluno não precise se sentir preso, mas sim acolhido.

Nesse panorama, é evidente que a formação docente guiada pela empatia pode contrapor a invisibilidade e negligência apresentadas na seção anterior, fortalecendo a conexão com a problemática exposta no estudo.

A formação do professor não se baseia exclusivamente no método tradicional de transmitir o conhecimento, isso é uma forma que a sociedade contemporânea prega no objetivo de atender metas e normas que estão previstas em currículos escolares. Porém, felizmente, existem docentes que entendem a importância que sua formação tem e, enquanto educadores, percebem a relevância da formação inicial e continuada, assim como no desenvolvimento da empatia no fazer docente, com vistas à compreensão e desenvolvimento de relações humanas, afetivas e respeitadas. Assim, há a compreensão





de que estamos lidando com um humano, e pessoas são repletas de sentimentos, emoções, vivências que, muitas vezes, o educador desconhece, mas ainda sim deve respeito.

Por isso é válido analisarmos Battaglia (2020), quando ela retoma aos estudos de Carl Rogers, no qual ele afirma que a empatia é concebida como uma compreensão profunda e não julgadora do outro, sendo essencial para a construção de um ambiente de aprendizagem. Nesse sentido, é necessário enquanto docente compreender a singularidade do discente e, por consequência, para se manter uma boa relação professor-aluno, é preciso respeito, olhar o profundo do outro, acolhê-los e entender o melhor caminho para criar um ambiente baseado na confiança e segurança.

Segundo Monte, Anjos e Casé (2018), a formação docente precisa contemplar o desenvolvimento de aspectos socioemocionais, entre elas a empatia, compreendida como a capacidade de colocar-se no lugar do outro para responder de forma adequada às suas necessidades, o que contribui para relações pedagógicas mais humanizadoras. Isto demonstra que uma formação docente precisa, também, desenvolver esses processos cognitivos e socioemocionais, como a possibilidade de entender a dor e a situação do próximo. Dessa forma, quando o professor ultrapassa da figura de educador para um amigo que anda lado a lado com o aluno, há uma facilitação no processo educativo em sala de aula; pelo simples fato dele não julgar uma causa alheia, ao contrário disso, demonstra importância aos processos que perpassam a subjetividade de cada aluno, contribuindo para modificar pensamentos negativos e, principalmente, sensação de isolamento.

Infelizmente, em muitas realidades, docentes enfrentam inúmeros desafios para manter a empatia em sala de aula. Ao retomarmos a crítica que Freitas (2014) expõe, quando a escola está submetida a hábitos totalitários, vários professores ficam impossibilitados de demonstrar importância ou atender a uma causa específica de um aluno. Essa impossibilidade é fruto de diversos obstáculos como turmas grandes, excesso de demandas burocráticas, pressões externas por resultados e avaliações padronizadas, o que reduz o tempo e a energia que necessitaria para promover o sentimento empático.

Logo, ao relacionarmos essas situações percebe-se que uma dimensão onde essa empatia se torna decisiva é a avaliação, que, quando realizada de forma sensível, pode fortalecer a relação professor-aluno e o processo de ensino-aprendizagem.

Assim, é possível observar que o amadurecimento da empatia na formação docente não é somente teórico, pois conecta-se diretamente com a avaliação da





aprendizagem ao oferecer soluções capazes de sanar a negligência e invisibilidade estudantil que corrompem o desenvolvimento integral dos discentes.

2.3 A relação professor-aluno no processo avaliativo

Historicamente, métodos de avaliação punitivos e classificatórios predominam nos sistemas educacionais do Brasil, atuando como meios de distinção e poder, o que evidencia o conceito de meritocracia que permeia a educação. Tal analogia surge do ideal de que a aprendizagem deve ser medida constantemente através de avaliações que medem e comparam com padrões pré-estabelecidos na sociedade, com a principal finalidade de hierarquizar os desempenhos. Dessa forma, avaliações da aprendizagem fundamentadas em conquistas de boas notas e memorização dos conteúdos para as provas reforçam que tais modelos servem apenas como marcadores de sucesso ou fracasso, enfatizando a crença de que, para aprender, é necessário realizar apenas tarefas e funções estabelecidas anteriormente, desconsiderando a realidade de cada estudante.

Diante desse cenário, Freitas se posiciona diretamente sobre qual é a real função pedagógica da avaliação, afirmando:

[...] a categoria da avaliação - no binômio objetivos/avaliação - tinha centralidade no processo de organização pedagógica da sala de aula e da escola modulando as demais categorias. Ela não era um mero “fechamento do processo”, uma simples “verificação da qualidade do processo pedagógico ocorrido” como se propusera na didática clássica, mas uma categoria que orientava todo o processo do começo ao fim. (Freitas, 2014, p. 1088).

Não obstante, o posicionamento de Freitas revela que a função pedagógica de avaliação na escola deve ser primordialmente formativa e estruturante, contudo, considerando a lógica empresarial e punitiva, as práticas avaliativas são excludentes e controladoras, subordinando e inviabilizando os estudantes.

Nesse sentido, ao analisar criticamente tais padrões, é possível observar que quando as avaliações são realizadas de forma mecânica ou padronizada, problemáticas como a invisibilidade e negligência estudantil perpetuam-se, logo, é evidente que a empatia na avaliação pode ser a solução para tornar tais métodos mediadores, éticos e formativos, alinhados de acordo com as realidades presentes em sala de aula.

Do ponto de vista pedagógico e humano, Jussara Hoffmann faz fortes críticas ao caráter autoritário que se faz presente nas escolas principalmente entre a relação professor aluno, destacando também a imposição dos “deveres” do estudante, especificamente





quando a forma de avaliação é utilizada de maneira meramente classificatória e estatutária, assim, Hoffmann (2011) assegura:

Pretender constituir a avaliação da aprendizagem num processo objetivo, formativo e padronizado é deturpá-la em seu significado essencial - de humanidade. A relação educador/educando exige o processo avaliativo mediador, que, por sua vez, só sobrevive por meio do resgate à sensibilidade, do respeito ao outro, da convivência e de procedimentos dialógicos e significativos. (p. 01).

Partindo da afirmação de Hoffman, torna-se possível observar que sua fala traz consigo uma problematização pertinente à concepção tecnicista e autoritária das avaliações de aprendizagem que desconsideram a relação professor-aluno e a essência humana que deve servir como base. Para Jussara, o processo avaliativo não deve ser reduzido às burocracias que padronizam as avaliações utilizadas para medir os desempenhos, mas deve ser fundamentada como uma ação mediadora, baseada no diálogo, no respeito às diferenças, empatia e valorização da individualidade dos alunos. Desse modo, a avaliação padronizada é assustadora para alguns alunos e ganha uma nova forma: a avaliação ganha um caráter ético e formativo, pois o foco principal deixa de ser apenas os resultados e passa a destacar a promoção de novas formas de aprendizagem, compostas por momentos de troca de vivências, sensibilidade e escuta mútua entre docente e discente.

No que tange a avaliação como prática dialógica, no momento em que o docente compreende que durante esse processo é necessário ter empatia e considerar os diferentes contextos presentes em sala de aula, o processo avaliativo passa a não se resumir mais em medir desempenhos através de provas, mas, sim, abre um espaço indispensável de diálogo entre o professor e o aluno, onde ambos refletem e participam ativamente do processo de ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, Campos e Reis (2006) expõem que Freire afirma que o diálogo é a matriz condutora da pedagogia problematizadora, pois os seres humanos são especialmente dialógicos. Complementando ainda que diálogo é falar e ouvir, ouvir e falar. Dessa forma, inspirado nas falas de Paulo Freire, a avaliação passa a não ser mais punitiva e excludente, pois ela se torna mediadora, formativa e emancipadora, sendo construída através da interação, escuta, empatia e respeito entre os estudantes e professores. Assim, através da prática dialógica os alunos participam de sua própria construção do conhecimento, pois se pressupõe que o educador não é o “juiz” da sala de aula, e não detém de toda a sabedoria, favorecendo seu pensamento crítico, provocando reflexões, diálogos e enfrentamento das dificuldades, o que





consequentemente melhora as aulas e promove uma avaliação da aprendizagem empática, assim como Freire afirma:

A participação direta do sujeito no processo de construção do conhecimento com métodos novos em que alunos e professores, juntos fundamentando a relação dialógica-dialética entre educador e educando: ambos aprendem juntos. (Freire, 1983, *apud* Campos; Reis, 2006, p. 9).

Nesse contexto, convém frisar a importância de não somente humanizar as práticas pedagógicas, mas também, utilizar avaliações de aprendizagem empáticas, respeitando a diversidade com base na mediação pedagógica e no compromisso do docente com o desenvolvimento dos estudantes. Dessa forma, avaliar não se resume apenas a diagnosticar dificuldades e registrar notas, pois esse processo vai muito além, logo, Hoffmann (2011) afirma que de acordo com o princípio ético, é necessário flexibilizar-se na educação cuidando mais e mais tempo de quem precisa mais. Avaliar em benefício ao aluno, valorizando diferenças, preservando sua liberdade e dignidade, refletindo acerca de ações educativas que sejam pertinentes aos seus interesses e necessidades e dedicando-se todo tempo a efetivá-las.

Diante disso, convém salientar que perante as diversidades é necessário flexibilizar as avaliações de aprendizagem de forma justa e ética com os discentes, de modo que os mesmos consigam se desenvolver de modo integral, seja com o uso de autoavaliação, avaliação formativa, devolutivas construtivas ou até mesmo provas coerentes. Ante esse fato, concerne destacar que a aplicação de tais avaliações só se torna possível após o estabelecimento de vínculos que proporcionem segurança aos alunos, reduzindo a invisibilidade e dando espaço a empatia nos processos avaliativos.

3 Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de natureza teórico-reflexiva, de abordagem qualitativa e com objetivo exploratório-descritivo. Foi desenvolvida através de uma revisão narrativa da literatura. Os critérios de seleção se justificam pelo fato de que o objetivo do artigo não é, exclusivamente, a coleta de dados empíricos, por outro lado, é uma reflexão crítica a partir de diferentes referenciais teóricos onde discutem a relação professor-aluno, a empatia, a inclusão e a avaliação no contexto educacional.

A revisão narrativa nos possibilita mais autonomia ao escrevermos acerca desse estudo na pesquisa, com uma maior flexibilidade na seleção e análise dos autores,





permitindo construir uma linha tênue entre as diferentes perspectivas teóricas. Para a busca dos materiais, foram consultadas as bases do Google Acadêmico, além de livros e documentos pedagógicos de referência, priorizando textos disponíveis em língua portuguesa.

Trazendo como critérios de inclusão, consideramos trabalhos acadêmicos que tratam especificamente acerca dos pontos relevantes presentes na pesquisa, como empatia, avaliação mediadora e invisibilidade estudantil, desde os anos de 2000 até 2025, fora as obras clássicas de Paulo Freire e Carl Rogers. Nesse sentido, descartamos trabalhos que apenas tangenciam a temática ou que não apresentam discussão pertinente no campo educacional.

Desse modo, para a sua fundamentação, foram considerados os escritos de Hoffmann (2011), Freitas (2014), Ribeiro (2019) e Monte, Anjos e Casé (2018). Além de que recorreu-se às contribuições de Paulo Freire e Carl Rogers, cujas ideias foram exploradas por meio de estudos secundários, como os de Campos e Reis (2006), Gomes e Guerra (2020) e Battaglia (2020).

Partindo disso, todas perspectivas aqui discutidas foram encontradas nas mais diversas fontes como artigos científicos, livros e documentos pedagógicos, que abordam a relação professor-aluno, a avaliação mediadora e a prática docente em seu sentido humanizador. Elas nos proporcionaram um referencial teórico mais amplo e interdisciplinar, com a capacidade de sustentar as análises propostas. Com isso, as etapas da análise foram desde a leitura exploratória, categorização temática em três dimensões principais: invisibilidade e negligência estudantil, empatia na formação docente e relação professor-aluno no processo avaliativo até, de fato, a síntese crítica.

Portanto, o processo metodológico compõe-se por meio da articulação crítica entre as contribuições desses referenciais, buscando evidenciar como o olhar empático frente a avaliação pode constituir e tem demonstrado forte poder de influência contra obstáculos como a negligência e a invisibilidade encontradas normalmente, no ambiente escolar.

4 Considerações Finais

O presente estudo desenvolvido evidenciou que o conceito de avaliação da aprendizagem vai muito além dos métodos tecnicistas e padronizados que reforçam a negligência e invisibilidade estudantil, tornando o processo educativo traumático,





doloroso e ineficiente. Contudo, quando o docente assume uma concepção empática e sensível, os procedimentos avaliativos assumem um novo caráter: de inclusão e mediação, facilitando a troca de saberes ao reconhecer as singularidades presentes na sala de aula.

Nesse panorama, confirmou-se que a empatia presente na relação professor-aluno contribui significativamente no desenvolvimento integral dos estudantes, fortalecendo também a permanência escolar e motivação nas atividades. Assim, tecemos constructos para se pensar no conceito de avaliação empática, que acontece de forma humanizada acolhendo as diferenças, estimulando a participação e reforçando o potencial que cada estudante tem, dentro da sua realidade. Logo, é válido frisar a necessidade urgente de rever as práticas avaliativas na educação hodierna, com o objetivo de superar a exclusão que o processo avaliativo padronizado causa. Métodos de avaliação da aprendizagem empáticos apresentam opções justas, éticas e humanizadas, semelhante ao que Freire afirma em suas ideias.

De modo geral, convém salientar a relevância de aprimorar e realizar estudos que enriqueçam a temática, de modo que as contribuições da empatia e visibilidade estudantil em avaliações ganhem visibilidade na educação contemporânea, consolidando as práticas docentes de modo que o respeito não seja esquecido, combatendo, assim, a negligência e invisibilidade estudantil.

Referências

BATTAGLIA, M. C. L. *A empatia na mediação de conflitos e na facilitação de diálogos: como, quando, para que?* 2020. Disponível em:

<https://www.scribd.com/document/789372594/TEXT0-7> . Acesso em: 18 ago. 2025.

CAMPOS, L. F. L.; REIS, F. S. Paulo Freire e a empatia: reflexões para uma prática pedagógica humanizadora. *Revista Práxis Educacional*, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2006.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out./dez. 2014.

GOMES, C. S. F.; GUERRA, M. G. G. V. Educação dialógica: a perspectiva de Paulo Freire para o mundo da educação. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, v. 19, n. 3, p. 4-15, set./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.14393/REP-2020-52847>





HOFFMANN, J. Avaliação formativa ou avaliação mediadora? In: HOFFMANN, J. *Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtivista*. 36. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

MONTE, M. G.; ANJOS, L.; CASÉ, A. Empatia e processos educativos: reflexões sobre a formação docente. *Anais do Encontro Nacional de Educação*, João Pessoa, 2018.

RIBEIRO, D. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

